

A ESCRITA DA HISTÓRIA: INDETERMINAÇÃO E POTÊNCIA

THE WRITING OF HISTORY: INDETERMINACY AND POWER

RAMON CASTELLANO*

Resumo: A proposta do presente artigo consiste num debate a respeito da escrita da História. Para isso, partiremos do século XIX e suscitaremos algumas questões referentes à sedimentação do conceito moderno de História enquanto disciplina científica e conhecimento autorizado capaz de deter o monopólio de enunciação sobre o passado. Em seguida, introduziremos um ponto de inflexão no debate historiográfico. Situado nas décadas de 70 e 80 do século passado, este debate vai trazer à baila a relação problemática entre linguagem histórica e a realidade histórica. A questão principal que tentaremos levantar no presente artigo é a seguinte: esta inflexão pode ou não contribuir para o aprofundamento de nossa compreensão acerca do passado?

Palavras-chave: escrita da História; ciência; poética.

Abstract: The proposal of this article is a debate about the writing of history. To do so, we will start from the 19th century and raise some questions regarding the sedimentation of the modern concept of history as a scientific discipline and authorized knowledge capable of stopping the monopoly of enunciation about the past. Then we will introduce a turning point in the historiographical debate. Set in the 1970s and 1980s, this debate will bring to light the problematic relationship between historical language and historical reality. The main question that we will try to raise in this article is this: can this inflection contribute to the deepening of our understanding of the past?

Keywords: history writing; science; Poetic.

Artigo recebido em 18 de julho de 2017 e aprovado para publicação em 13 de setembro de 2017.

* Doutorando do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (Email: ramon_castelano@hotmail.com).

O Século XIX e a História como saber autorizado

Na obra *Futuro passado*, Reinhart Koselleck¹ investigou a sedimentação do conceito moderno de História durante a passagem do século XVIII para o século XIX. De acordo com o autor, essas transformações instauradas inicialmente pela filosofia iluminista no final do século XVIII consistiram numa secularização e temporalização da História, que passou a ser entendida como um conceito universal, base para o ordenamento do mundo ocidental moderno.

Para Koselleck, nesse período, o conceito moderno de História, ao se distanciar da *historia magistra vitae*, da história com exemplo de vida, na qual o passado se projetava sobre o presente numa espécie de repetição natural, tornou o futuro desconhecido e ao mesmo tempo planejável. Em suas palavras: “O substrato natural desapareceu, e o progresso foi a primeira categoria na qual se deixou manifestar certa determinação do tempo, transcendente à natureza e imanente à história”.²

Essa aproximação entre história e progresso iria se sedimentar no século XIX, quando o gênero historiográfico passou a angariar um plano narrativo totalizante. Já Friedrich Hegel (1770-1831), em sua introdução à Filosofia da História, deixara bem claro que o tema de suas lições era a Filosofia da História do mundo que tinha por base a razão.³ Hegel, no entanto, não eliminou a tensão existente entre paixão e razão, as quais deveriam contar com um importante instrumento de mediação: o Estado em sua essência ideal.⁴

Afora o seu caráter idealista, esse apelo à racionalidade que tinha como vetor o Estado preparou, junto de outras reflexões teóricas, a busca pela cientifização da história na medida em que permitiu condensar os relatos singulares dos predecessores iluministas no novo conceito de singular coletivo⁵, ou seja, na história das nações modernas enquanto representante de um

¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

² *Ibid*, p. 55.

³ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na História: Uma introdução Geral à Filosofia da História*. São Paulo: Centauro, 2001.

⁴ WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da USP, 2008.

⁵ Cf. KOSELLECK, op. cit. Ao identificar o surgimento do conceito moderno de história no final do século XVIII, Koselleck vai dizer que no caso alemão ele expressou-se linguisticamente. Se antes havia duas palavras para designar a história, *Geschichte* (acontecimentos) e *Historie* (narração dos fatos), o que se tornou prevacente foi o uso de *Geschichte* no singular. Segundo o autor, esta transformação indica uma mudança conceitual profunda e uma nova maneira de pensar o tempo se impõe. O que era um plural de experiências passadas torna-se um processo único, universal. Uma única palavra, o substantivo *die Geschichte*, passa a denotar tanto o processo histórico quanto sua narrativa.

todo composto por indivíduos, notórios ou não. Maria da Glória de Oliveira, ao analisar a relação do gênero biográfico com a prática historiográfica no Brasil do século XIX, vai dizer que:

A novidade radical estará, portanto, na tessitura em intriga da construção política nacional, ou seja, na escrita da história como conhecimento e mito autorizado, compartilhado. Aos historiógrafos caberia, enfim, a tarefa de conciliar o novo interesse pela marcha das forças coletivas no tempo e a identificação dos seus protagonistas. Pois, na medida em que esboçam essas narrativas, assumem o papel de grandes árbitros, aqueles que estabelecem a correlação entre as ações individuais e o destino nacional: são eles que, em nome da nação, designam e validam os seus heróis.⁶

Essa ambição historiográfica estava então atrelada à construção da identidade das nações modernas e “o abandono da ênfase no caráter modelar dos grandes feitos individuais seria um dos traços da narrativa histórica oitocentista, da qual se passou a exigir não apenas conteúdo fidedigno, mas unidade épica”.⁷

Nas décadas seguintes às lições formuladas por Hegel, o processo de profissionalização da disciplina histórica tornou-se notório e a História passou a almejar um distanciamento cada vez maior dos seus componentes retóricos, poéticos e filosóficos.

Como afirmou Rodrigo Turin:

Para isso, é certo, foi necessária uma série de práticas que visavam consolidar o historiador como uma figura reconhecida, com lugares instituídos, com uma rede de sociabilidade e, principalmente, com o apoio dos Estados que buscavam capitalizar esse discurso sobre o passado com o fim de garantir sua legitimidade política, como o “efetivamente necessário”.⁸

Assim, são criadas já no início do século XIX cátedras de História e institutos dedicados à compilação e publicação de documentos históricos. No Brasil, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) insere-se nesse contexto, sem contar que a instituição desde a sua fundação esteve vinculada à sedimentação política do Estado Imperial, “sendo a história vista como instrumento para elevar seu brilho e sua honra”.⁹ Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) deixa entrever tal perspectiva patriótica no discurso de abertura do instituto.

O coração do verdadeiro patriota brasileiro aperta-se dentro do peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos fatos da nossa gloriosa

⁶ OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, p. 15.

⁷ *Ibid.*, p. 11.

⁸ TURIN, Rodrigo. *Tessituras do Tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 22.

⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011, p. 69.

independência. Ainda estão eles ao alcance de nossas vistas, porque apenas dezesseis anos se tem passado dessa época memorável da nossa moderna história, que acrescentou no novo mundo um esperançoso império ao catálogo das nações constituídas, e já muitos se vão obliterando na memória daqueles a quem mais interessam, só porque tem sido escritos sem a imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador.¹⁰

Interessante notar na citação o papel que é atribuído ao “verdadeiro” historiador cujo fazer deve ser imparcial e criterioso. No entanto, nesse período em que a História se constituía como conhecimento autorizado e ia aumentando suas próprias pretensões de verdade¹¹, a sua base teórica e sua epistemologia continuavam indefinidas, sem contar que poetas e romancistas se debruçaram sobre o problema da formação da nação e desenvolveram temas históricos com frequência. O inverso também é verdade. Mesmo Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), tido como o grande arauto dos princípios de metodização, para quem a História deveria ser um saber devidamente guarnecido de provas, documentado, se dedicou à pesquisa da épica nacional e manteve certa poética em seus textos. Nas palavras de Temístocles Cezar,

Varnhagen, cuja arte narrativa procurou afastar-se o máximo que pôde das reflexões literárias e estéticas, manteve, mesmo à revelia, uma certa poética em seu texto, seja por meio das metáforas provenientes da conversão dos conceitos da retórica da filosofia da história setecentista, como o conteúdo imaginativo associado à formulação de hipóteses ou à representação histórica, às vezes francamente poéticas.¹²

De acordo com Hayden White, para neutralizar essa aparente contradição, vai se tornar comum então dizer que a História não era um ramo da metafísica ou da religião, o que a faria se aproximar da Filosofia da História, mas sim uma junção de ciência e arte.¹³

É daí que persiste, para muitos historiadores do século XIX, a preocupação com a relação entre a poesia e a História, entre o poeta e o historiador. É o que se pode notar em alguns textos programáticos de Wilhelm von Humboldt (1769-1859) e Leopold von Ranke (1795-1880), dentre outros. Em seu texto *Sobre a tarefa do historiador* (1821), Humboldt, por exemplo, vai dizer o seguinte:

Pode parecer duvidoso fazer com que se toquem, mesmo que o seja em um ponto, as áreas do historiador e do poeta. As atividades de ambos, porém, têm afinidades inegáveis, pois, se a exposição feita pelo historiador, como já foi dito antes, só atinge

¹⁰ BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, in Guimarães, Livro de Fontes de Historiografia Brasileira”. In GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de Fontes de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 22.

¹¹ KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madrid: MINIMA TROTTA, 2010.

¹² CEZAR, Temístocles. “O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX”. *História Unisinos*, Rio Grande do Sul: 2007, p. 310.

¹³ WHITE, *op. cit.*

a verdade do acontecimento se houver complementação e articulação do que à observação imediata se mostra incompleto e fragmentado, tal conquista só é possível ao historiador, caso ele, como o poeta, use a fantasia. Fica, porém, afastado o risco da total supressão das diferenças entre as duas áreas quando se vê que o historiador subordina a fantasia à experiência e à investigação da realidade.¹⁴

O que ressalta deste trecho selecionado do naturalista é o débito que o historiador mantém para com o fazer poético no sentido de que este lhe proporciona estruturas de enredo que tornam possíveis a pesquisa histórica e sua escrita, a ligação de todos os fragmentos e acontecimentos da realidade passada numa narrativa inteligível. No entanto, como deixa claro Humboldt, a fantasia deveria ser submetida à experiência e à investigação encetada pelo historiador.

À medida que século XIX avançava, o grau de objetividade conquistado pela historiografia ganhava força e a História passava a se identificar cada vez mais como um estudo desinteressado do passado. Com o estabelecimento crítico das fontes, com princípios de metodização, a História passava a ser identificada como um saber guarnecido de provas, aproximando-se de uma empiria que deveria se ver livre de qualquer idealismo/fantasia, seja proveniente da filosofia, seja da poesia. Leopold von Ranke deixa bem clara essa situação em seu texto *O Conceito de História Universal* (1831). Referindo-se à filosofia e à poesia, segundo ele:

Não por suas possibilidades, mas sim por causa de seu próprio material, dado e condicionado pela empiria, é que a História se diferencia da poesia e da Filosofia. Ela associa as duas em um terceiro elemento que lhe é peculiar. A História não é nem uma coisa nem outra, ela promove a síntese das forças espirituais atuantes na poesia e na Filosofia sob a condição de que tal síntese passe a orientar-se menos pelo ideal – com o qual ambas se ocupam – que pelo real.¹⁵

Ainda que a História continue se diferenciando das outras ciências por ser simultaneamente uma arte, pela ótica de Ranke é preferível vê-la em sua oposição à filosofia, negando-se assim a ela qualquer pretensão a um caráter universal e totalizador. Ao saber histórico, o particular. A partir dessa concepção, que deita raízes no Romantismo alemão, a História emigraria ao tempo perdido do passado. Deste modo, tornara-se uma ofensa insinuar

¹⁴ HUMBOLDT, Wilhelm von. “Sobre a tarefa do historiador”. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *História Pensada*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 84.

¹⁵ RANKE, Leopold von. “O conceito de história universal”. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *História Pensada*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 202.

que o historiador punha em enredo suas estórias,¹⁶ o que refletiria em última instância o seu compromisso com a filosofia e a estética.

No entanto, esse processo de estabelecimento da História como disciplina científica no transcorrer do século XIX não foi pacífico nem isento de contradições e críticas. Ainda no Oitocentos, dois importantes autores dispararam duros ataques à academização da História e à sua pretensão de representar a realidade do passado. São eles: Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Nietzsche (1844-1900). Para ambos, cada qual à sua maneira, “o modo de pensar o passado tinha sérias implicações sobre o modo de se pensar o presente e o futuro”.¹⁷ Segundo Hayden White, Marx e Nietzsche tentaram:

Realizar a recomendação (hegeliana) de converter as percepções dos diversos tipos de história reflexiva em uma base histórica genuinamente filosófica, uma história que não somente sabe alguma coisa acerca do processo histórico mas sabe como sabe disso, e que é capaz de defender seu modo de saber em termos filosoficamente justificáveis.¹⁸

Virada crítica e a entrada em cena da narrativa

Na introdução do livro *O Século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*, François Hartog situa nas décadas de 70 e 80 do século passado um importante ponto de inflexão no debate historiográfico cuja principal contribuição foi trazer à baila uma reflexão acerca da relação entre a historiografia e sua epistemologia. Segundo Hartog, além do convite à reflexão feito no âmbito dos *Annales*,¹⁹ três importantes autores enfatizaram e reforçaram a movimentação crítica desse momento. São eles: o filósofo Paul Ricoeur, o historiador norte-americano Hayden White e o historiador alemão Reinhart Koselleck. Ainda segundo o autor, essa atitude é um fenômeno de longo alcance que não se restringe ao campo da História e que corresponde em última instância a uma nova relação com o tempo, com a crise do regime moderno de historicidade e seu presentismo.²⁰

Segundo François Dosse, nesse momento

¹⁶ WHITE, op. cit.

¹⁷ Ibid, p. 287.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. Hartog refere-se ao trabalho *Faire de l'histoire*, organizado por Pierre Nora e Jacques Le Goff. No Brasil, a obra foi dividida em três livros: *História: novos problemas*, *História: novas abordagens* e *História: novos objetos*.

²⁰ HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Segundo o autor, o presentismo caracteriza-se pela tendência da contemporaneidade a historizar-se, pela busca do ganho imediato e pela tirania do instante.

a disciplina histórica é convidada a reatar com os imperativos do presente. O novo regime de historicidade que daí resulta continua aberto para o devir, mas não mais a mera projeção de um projeto plenamente pensado, fechado em si mesmo. A própria lógica da ação mantém aberto o campo de possibilidades. Convida o historiador a reabrir as possibilidades do presente a partir de possíveis não comprovados do passado. A função da história permanece viva, portanto, e o luto das visões teleológicas pode tornar-se uma oportunidade para repensar o mundo de amanhã.²¹

Não é sem razão que inúmeros autores tenham se voltado para o século XIX, afinal foi nesse período que a História angariou o seu estatuto de domínio autônomo, constituindo-se enquanto saber científico. No livro *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Reinhart Koselleck propõe que a experiência historiográfica consiste numa justaposição entre espaço de experiência, horizonte de expectativa e conflitos presentes ainda em germe, sendo o ato de narrar o mediador indispensável para o labor historiográfico na medida em que é por meio dele que é possível vincular o espaço de experiência e o horizonte de expectativa.

Segundo o autor, “a estrutura temporal dos tempos modernos, marcada pela abertura do futuro e pelo progresso, caracterizou-se pela assimetria entre a experiência e a expectativa”.²² A partir da sedimentação do conceito moderno de história, fundado na noção de processo, nesse momento a disciplina histórica passou a contar com uma escrita em nome de um futuro planejável a ser alcançado pela ação política de homens que atuavam em instituições vinculadas aos Estados nacionais ou em nome deles.

No livro *Meta-História: a imaginação histórica do Século XIX*, Hayden White vai analisar a experiência historiográfica oitocentista como manifestamente uma estrutura verbal que contava com um discurso narrativo que tinha a pretensão de ser um modelo de explicação das estruturas e processos passados. O que White quer explicitar em sua análise é que ao ambicionar um plano narrativo capaz de integrar os acontecimentos e fatos do passado, os historiadores do século XIX não podiam prescindir dos modelos poéticos de armação de enredo, baseando-se em “diferentes pressupostos meta-históricos acerca da natureza do campo histórico, pressupostos que geram diferentes concepções dos tipos de explicações que podem ser usadas na análise historiográfica”.²³ Como muito bem notou Paul Ricoeur, o que White está dizendo é que:

A atenção exclusiva dada às condições de “cientificidade” da história é tida como responsável pelo desconhecimento das estruturas que colocam a história no espaço da

²¹ DOSSE, François. *A História*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 4.

²² KOSELLECK, *op. cit.*, p. 39.

²³ WHITE, *op.cit.*, p. 28.

ficção narrativa. Só uma meta-história pode ousar considerar as narrativas históricas como ficções verbais, próximas, por seu conteúdo e forma, de sua contrapartida literária.²⁴

No entanto, no primeiro tomo de sua obra *Tempo e Narrativa*, Ricoeur se posiciona frente a essa questão com uma ressalva, pois para ele “por-se-á mais tarde, para nós, a questão de saber se é possível reclassificar assim a história como artifício literário sem desclassificá-la como conhecimento com pretensão científica”.²⁵

Por outro lado, como afirmou Jörn Rüsen no primeiro livro de sua trilogia sobre a teoria da História, esses desvios historiográficos e epistemológicos não devem ser vistos como ameaças à pretensão de racionalidade da ciência da História, às suas pretensões de verdade. Ao focarem na pluralidade das escritas históricas, procuram apenas compreender as inúmeras alternativas inexploradas desses discursos que para contarem com um estatuto científico tiveram que obliterar uma gama variada de outras possibilidades.²⁶ Assim, “o historiador é convidado mais uma vez a se interrogar sobre seu ato de escrever, sobre a proximidade deste com a escrita ficcional e, ao mesmo tempo, sobre a fronteira que separa os dois campos”.²⁷

No Brasil, foi Manoel Luiz Salgado Guimarães quem introduziu esta questão a respeito da escrita da história no século XIX. Em sua tese de doutorado intitulada *A escrita da história no século XIX. Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*,²⁸ Guimarães tentou elucidar a importância da prática historiográfica para a elaboração da identidade nacional. Para o autor, o processo de construção da ideia de nação brasileira no século XIX deve ser entendido como um projeto de Estado que para a consecução de seu propósito de uma escrita da história eminentemente nacional contou com um conjunto de estratégias discursivas, denominada por ele de *retórica da nacionalidade*.

Paulo Knauss e Temístocles Cezar, na apresentação da edição em livro da tese, vão dizer que Guimarães

nos mostra como a produção intelectual no Brasil das primeiras décadas do século XIX foi marcada, como diríamos hoje, pela progressiva historicização das noções de nação, de história e de literatura como efeito de uma experiência da aceleração do tempo, que, por sua vez, refletia e sinalizava um processo mais geral de articulação e

²⁴ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* (Tomo 1). Campinas, SP: Papirus, p. 232.

²⁵ *Ibid.*

²⁶ RUSEN, Jorn. *Razão Histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

²⁷ DOSSE, *op. cit.*, p. 124.

²⁸ Guimarães defendeu sua tese na Universidade Livre de Berlin em 1987. Em 2011 foi publicada a versão em português pela Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, edição que contou com a tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Cf. Guimarães, *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*.

acomodação conceitual que ocorria em outros países, tanto europeus quanto latino-americanos. A concepção de nação, vigente no período, articular-se-ia com uma noção específica de temporalidade como qualidade intrínseca e imanente à realidade. Com o projeto romântico, a nação despontaria como categoria de reflexão privilegiada para a apreensão dessa historicidade e em suas manifestações mais evidentes e singulares.²⁹

Inspirados por trabalhos como os de Manoel Luiz Salgado Guimarães,³⁰ nos últimos anos, inúmeros historiadores debruçaram-se sobre as práticas de seu ofício. Nessa perspectiva, o foco de análise centrou-se sobre a etapa da transposição dos fatos à narrativa, isto é, sobre a escrita da história, “momento em que a história científica utilizaria os recursos estéticos”.³¹

Em texto onde abordou o relacionamento do gênero biográfico com a historiografia do século XIX, Temístocles Cezar diz que a biografia e a história relacionavam-se mediadas por dois problemas básicos: a busca pela cientificidade e a escrita da história da nação. Aliada à escrita da história do Brasil, a prática biográfica auxiliava na criação de um regime de historicidade centrado na nação e no esquadramento de um espaço geográfico brasileiro.³²

Em sua tese de doutorado, Maria da Glória de Oliveira vai dizer que, para além dos problemas envolvidos na construção identitária da nação, a aposta no gênero biográfico

deve ser pensada no quadro das transformações da disciplina histórica do século XIX. Para se tornar especificamente científico, o saber histórico precisou seguir os princípios da metodização, submetendo a regras todas as operações da consciência histórica, cujas pretensões de validade passariam a se fundar nos argumentos da narrativa. No Oitocentos, as histórias nacionais deveriam se apresentar, antes de tudo, como um saber guarnecido de provas, cabendo àqueles que as elaboravam não somente oferecer o relato verdadeiro sobre os acontecimentos, mas também nomear os seus protagonistas. Em decorrência dessa vigência, o herói não adquire o estatuto de personagem histórico senão quando o seu nome se inscreve na longa duração da gênese nacional, o que significa que a sua existência e as suas ações devem ser não apenas narradas, mas documentadas.³³

Nesse sentido, os letrados oitocentistas almejavam distanciar suas modalidades discursivas dos modelos retórico-poéticos dos predecessores iluministas do Setecentos.³⁴

²⁹ *Ibid.*, p. 13.

³⁰ Em 2005 foi realizado o evento *Encontro de Historiografia e História Política* sob os auspícios do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo Carlos Fico, o encontro foi proposto por Manoel Salgado Guimarães. Cf. Guimarães (org.), *Estudos sobre A Escrita da História: Anais do Encontro de Historiografia e História Política*.

³¹ CEZAR, *op. cit.*, p. 307.

³² CEZAR, Temístocles. “Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX”. *Métis: História & Cultura*, 2003.

³³ OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 17.

³⁴ *Ibid.*

No entanto, como demonstrou Cezar, a experiência historiográfica brasileira do século XIX não conseguiu desvencilhar-se da difícil questão a respeito da relação entre o histórico e o ficcional. Segundo o autor, o IHGB,

frequentado em profusão por historiadores, poetas e literatos, local onde se travaram batalhas intelectuais acerca da definição do que era próprio e impróprio da história como campo de saber, testemunhou algumas das discórdias e aproximações entre a história e a poesia.³⁵

Ou seja, nesse momento de conformação da História como saber especializado e autorizado que tentava garantir pra si, por meio do estabelecimento de procedimentos seguros de investigação, o monopólio de enunciação sobre o passado, a tarefa do historiador continuava situada, mesmo que à revelia, “entre os domínios da erudição e da poesia”.³⁶

Em seu livro *Tessituras do Tempo: Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*, Rodrigo Turin diz que é nesse processo de formação do discurso histórico que “certas técnicas, por assim dizer, que antes eram dotadas de significados diversos, vêm agora se posicionar como ‘ciências auxiliares’ dessa História triunfante”.³⁷ À História caberia estabelecer verdades, “atribuindo aos objetos seu fiel contorno, sua plena historicidade”.³⁸ Para o autor, estas supostas separações, longe de serem naturais, “vinculam-se à experiência ocidental moderna tanto de sua historicidade como do modo de lidar com as alteridades”.³⁹

Desta forma, segundo Rodrigo Turin, nos dias atuais duas questões apresentam-se aos estudos historiográficos e aos estudos da história das ciências sociais. Sua historicização e autorreflexão. Do contrário, “estarão sempre sujeitas a reproduzir involuntariamente as (di)visões que sua tradição lhes legou, tornando-se, assim, herdadas por sua própria herança”.⁴⁰

A escrita da história: indeterminação e potência

Ao se interrogar sobre a relação que mantém com a sociedade presente e com a morte, Michel de Certeau vai dizer em *A Escrita da História* que são as atividades técnicas que permitem a ele fazer essa mediação. Partindo dessa questão, o autor vai encarar a história como uma operação que se refere à combinação de um lugar, uma prática e uma escrita. Segundo ele,

³⁵ CEZAR, *O poeta e o historiador*, p. 307.

³⁶ OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 27.

³⁷ TURIN, *op. cit.*, p. 21.

³⁸ *Ibid.*, p. 22.

³⁹ *Ibid.*, p. 249.

⁴⁰ *Ibid.*

a análise dessas premissas, “das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto”.⁴¹

Paul Ricoeur, por sua vez, preocupado com as aporias da experiência do tempo, irá explorar as brechas existentes entre tempo e narrativa. Partindo da junção do modelo da tessitura da intriga aristotélica com a distensão temporal do espírito agostiniana, vai pôr à prova a seguinte hipótese na obra *Tempo e Narrativa*: “que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal”.⁴²

Esses dois autores distanciam-se cada um a sua maneira de uma determinada postura heurística que tendia a ver a escrita da história como mera exposição dos resultados da investigação histórica, “cujos princípios formais derivavam naturalmente do conteúdo cognitivo que se buscava demonstrar”.⁴³ No entanto, o questionamento mais acintoso a essa postura partiu do historiador norte-americano Hayden White. Trazendo a historiografia para mais próximo das suas origens literárias, segundo White:

As narrativas históricas são não apenas modelos de acontecimentos e processos passados, mas também afirmações metafóricas que sugerem uma relação de similitude entre esses acontecimentos e processos e os tipos de estória que convencionalmente utilizamos para conferir aos acontecimentos de nossas vidas significados culturalmente sancionados.⁴⁴

Ainda de acordo com o autor, só com o reconhecimento dos elementos literários e fictícios de todo relato histórico será possível conduzir o debate historiográfico a um nível de autoconsciência capaz de reconhecer a natureza “provisória das suas caracterizações dos acontecimentos, dos agentes e das atividades encontrados no registro histórico sempre incompleto”. Segundo François Dosse, esses autores

ajudam a lançar as bases de uma semântica histórica. Essa última leva em consideração a esfera do agir e rompe com as concepções fisicistas e causalistas. A constituição do acontecimento é tributária de sua inserção na intriga. É a mediação que garante a materialização do sentido da experiência humana do tempo nos três níveis de sua prefiguração prática, de sua configuração epistêmica e de sua reconfiguração hermenêutica. A inserção na intriga desempenha o papel de operador, de elo de ligação entre acontecimentos heterogêneos. Substitui a relação causal da explicação fisicista. A hermenêutica da consciência histórica situa o acontecimento numa tensão interna entre duas categorias meta-históricas apontadas por Koselleck, a do espaço de experiência e a do horizonte de expectativa. Essas duas categorias permitem uma tematização do tempo histórico que se oferece na experiência concreta,

⁴¹ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 54.

⁴² RICOEUR, *op. cit.*, p. 54.

⁴³ OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 28.

⁴⁴ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da USP, 2014, p. 98.

com deslocamentos significativos como o da dissolução progressiva entre experiência e expectativa no mundo moderno.⁴⁵

Não seria essa premissa básica que permitiria à História angariar o seu estatuto científico e assim enfrentar a angústia de um mundo dominado pelo presentismo e pela ameaça da incerteza de um futuro fechado? Não seria então “a linguagem, assim como a experiência e a ação, que ela articula, que resistiria ao assalto dos cétricos”?⁴⁶

No intuito de definir uma explicação argumentativa dos fundamentos da ciência da História, Jörn Rüsen vai dizer que esses desvios historiográficos potencializam a racionalidade do pensamento histórico, pois:

Somente a racionalidade histórica que tematiza a si mesma e se autoesclarece é racional. Somente nesse auto-esclarecimento os critérios de sentido constitutivos da narrativa histórica tornam-se visíveis e, destarte, argumentativamente exprimíveis, perceptíveis, intercambiáveis. A racionalidade faz-se 'constituidora de sentido' e, assim, racional. Enunciam-se e levam-se claramente em conta, enfim, as diferenças e a diversidade de fatores e modos do acesso à experiência do passado, à apreensão da experiência, a sua interpretação e à aplicação dos constructos históricos de sentido produzidos pela interpretação das carências de orientação da vida prática. É óbvio que isso não acontece de forma arbitrária, mas exclusivamente de maneira que os diversos potenciais de sentido se amplifiquem na relação entre si, também e sobretudo quando se tratar da preservação de cada 'sentido próprio' respectivo ao estético, ao político, ao cognitivo e a todos os demais campos e perspectivas de sentido. A razão promove a interação entre todos esses campos, sem dissolver um no outro. Ela media, sintetiza e amplia a coerência na diversidade.⁴⁷

Todas estas questões referentes à escrita da história enquanto operação prática constituidora de sentido instauram o próprio historiador nessa enigmática lacuna do tempo que é o presente.⁴⁸ Assim, ao invés de se inserir passivamente numa estrutura rígida à espera de um passado que venha iluminar os seus passos, a prática do historiador inclui-se nesse tempo que contém “possibilidades simultâneas, que oferece escolhas e que é experimentado de forma aberta – como presentes e futuros possíveis”.⁴⁹

Para o filósofo francês Paul Ricoeur, o poeta e/ou historiador é um compositor de intrigas e a narrativa consiste essencialmente no agenciamento dos fatos. Segundo o autor, esta situação não se origina de um vazio, mas parte exatamente do encontro do “artesão das palavras” com as fontes, documentos e indícios do passado, com o vivido. É a partir desse encontro que o

⁴⁵ DOSSE, *op. cit.*, p. 166.

⁴⁶ RICOEUR, *op. cit.*, p. 26.

⁴⁷ RUSEN, *op. cit.*, p. 100.

⁴⁸ BARROS, José D'Assunção. *O Tempo dos Historiadores*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 17.

compositor de intrigas, por meio da linguagem, configura poeticamente a experiência temporal e dá sentido ao agir humano.⁵⁰ Após esse ato mimético e imaginativo, o historiador e/ou poeta devolve sua narrativa para um determinado público leitor que compartilha ou não com ele determinados valores, experiências e sentimentos.

Considerações finais

À guisa de conclusão, gostaria de retomar algumas questões levantadas pelo filósofo e historiador holandês Frank Ankersmit. Segundo o historiador, essa perspectiva crítica com foco na escrita da história vai abrir um novo espaço de possibilidades para o debate historiográfico. Ao problematizar a relação entre linguagem histórica e realidade histórica, essas análises criarão um novo espaço de indeterminação, que não deve ser confundido com arbitrariedade, nem como ataque à verdade, nem como licença ao relativismo, pois o que ela questiona não é a verdade, “mas apenas o critério empirista de distinção entre verdade empírica e analítica”.⁵¹ Para Ankersmit, essa aporia na qual se insere o historiador não deve ser vista como uma fraqueza do campo historiográfico, mas sim como elemento potencializador indispensável para o alargamento de nossa compreensão a respeito do mundo social do passado.

Referência bibliográfica

Livros

ANKERSMIT, Frank. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: EDUEL, 2012.

BARROS, José D'Assunção. *O Tempo dos Historiadores*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DOSSE, François. *A História*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

_____. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

⁵⁰ RICOEUR, *op. cit.*

⁵¹ ANKERSMIT, Frank. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: EDUEL, 2012, p. 72.

HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

_____, *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na História: uma introdução geral à filosofia da história*. – 2ª Ed. – São Paulo: Centauro, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____, *historia/Historia*. Madrid: MINIMA TROTTA, 2010.

MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *História Pensada*. São Paulo: Contexto, 2015.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* (tomo 1). Campinas, SP: Papyrus, 1994.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

TURIN, Rodrigo. *Tessituras do Tempo: Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

WHITE, Hayden. *Meta-História: A Imaginação Histórica do século XIX*. – 2ª Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____, *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

Artigos

CEZAR, Temístocles. “O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX”. *História Unisinos*, Vol. 11, pp. 306-312, Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2007. <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia>.

_____, “Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX”. *Métis: história & cultura*, vol. 2, n. 3, pp. 73-94, 2003.

TURIN, Rodrigo. “Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista”. *História da Historiografia*, Vol. 2, SBTHH/UNIRIO/UFOP, 2009. <http://historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/4>.

Capítulos

BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In: M. Guimarães. *Livro de Fontes de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

HUMBOLDT, Wilhelm von. “Sobre a Tarefa do Historiador”. In: E. Martins. *História Pensada*. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 82-100.

RANKE, Leopold von. “O Conceito de História Universal”. In: E. Martins. *História Pensada*. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 202-216.

Teses

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, Narrar a História: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2009.